

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

Grupo de Trabalho:	GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA							
Reunião:	16ª Reunião do GT- Análise de Empreendimentos da CT-SA							
Data:	11/06/2025							
Local:	Videoconferência - <i>Google Meet: tzy-apje-ruh</i>							
Assunto(s) em discussão:	Análise das propostas protocoladas para financiamento FEHIDRO (Seleção 2024-27)							
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da minuta de memória técnica da 15ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos (CT-SA), realizada em 04/06/25; 3. Breve apresentação, pela Coordenação de Projetos, das propostas protocoladas a serem analisadas (Seleção FEHIDRO 2024-27); 4. Análise do GT: 4.1. Abertura aos membros para complementações na minuta de Parecer Técnico; 5. Encerramento.							
Conclusões e Encaminhamentos:	As propostas protocoladas analisadas na referida reunião, se referem à:							
	Nº Protocolo	PDC/S ub-PDC	Tomador	Título Empreendimento	Valor de Repasse (R\$)	Valor Contrapartida (R\$)	% CP	Valor Global (R\$)
	2025.0001 0.000265-55	5	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA Campinas	Substituição de redes de cimento amianto e ligações de água no bairro Vila Industrial	9.649.790,87	4.541.078,03	32,00	14.190.868,90
	2025.0001 0.000275-91	3	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Amparo - SAAE Amparo	Implantação de Estação de Tratamento de Lodo - ETA I e II	8.165.317,58	429.753,75	5,00	8.595.071,33
	2025.0001 0.000260-22	5	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cordeirópolis - SAAE Cordeirópolis	Implantação de projeto de setorização com validação e modelagem matemática e elaboração de projetos executivos de sistema supervisório para controle dos reservatórios destinado ao combate as perdas	1.163.261,55	61.224,28	5,00	1.224.485,83
	2025.0001 0.000264-19	3	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capivari - SAAE Capivari	Elaboração de projeto executivo de Estação de Tratamento de Esgoto e rede coletora de afastamento e elevatórias dos bairros Santa Rita e Paineirinhas	1.106.247,14	58.223,53	5,00	1.164.470,67

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

2025.0001 0.000267-44	3	Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN	Contratação de projeto para construção da 4ª Fase da Estação de Tratamento de Esgoto contemplando 2 reatores e um conjunto de peneira de centrífugas	240.000,00	60.000,00	20,00	300.000,00
2025.0001 0.000278-24	1	Prefeitura Municipal de Louveira	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem de Louveira	639.592,35	33.662,73	5,00	673.255,08
2025.0001 0.000277-80	1	Prefeitura Municipal de Salto	Elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Salto	781.914,38	86.879,38	10,00	868.793,76
2025.0001 0.000280-01	1	Prefeitura Municipal de Vinhedo	Elaboração da Revisão do Plano Diretor de Drenagem de Vinhedo	650.316,08	34.227,15	5,00	684.543,23
2025.0001 0.000281-48	1	DAE S. A. Água e Esgoto - DAE Jundiá	Serviços de engenharia para levantamento topográfico e cadastral, necessários ao cadastramento de redes coletoras, interceptores e outros dispositivos	3.098.866,30	774.716,56	20,00	3.873.582,86
<p>A reunião foi aberta pela Sra. Patrícia Calegari (IPSA-C), coordenadora-adjunta da CT-SA, que agradeceu a presença de todos e deu início aos itens de pauta, colocando a memória técnica e lista de presença da 15ª Reunião do GT para aprovação. Não houve manifestações e a memória foi aprovada pelo grupo.</p> <p>A Sra. Patrícia fez comentários acerca da alta quantidade de empreendimentos a serem analisados e a sugestão da Coordenação de Projetos em dividir em grupos de análise. Também comentou e justificou a ausência do Sr. Mateus, coordenador da CT. Em seguida, passou a palavra para o Diogo.</p> <p>O Sr. Diogo contextualizou a quantidade de empreendimentos a ser analisado e explicou como se daria a dinâmica da divisão dos dois grupos a serem compostos para a análise dos pleitos.</p> <p>O Sr. Mateus entrou na reunião e fez as devidas justificativas de sua ausência, mas que tentaria participar o máximo possível da reunião, dentro das possibilidades.</p> <p>A Sra. Patrícia reforçou a necessidade de registrar presença no chat.</p> <p>A Sra. Mariane apontou que foi feita uma sugestão da divisão dos membros nos grupos e pediu que, assim que um grupo terminar a análise, entre no grupo que ainda não tenha terminado para dar apoio. A Sra. Mariane disponibilizou os links no chat para entrada nos grupos.</p> <p>O Sr. Diogo informou que ficará conectado também na sala principal (link oficial) para caso alguém precise de apoio.</p> <p>Os membros entraram nas respectivas salas específicas.</p> <p>GRUPO 1 (OBRAS E PROJETOS)</p> <p>1. Abertura</p>							

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

	<p>Diogo Pedrozo iniciou a reunião, explicando a divisão de grupos e informou que seriam analisados 4 pleitos naquele grupo (de um total de 9), iniciando com o pleito da Sanasa, seguido pelos de Amparo, Cordeirópolis e Capivari.</p> <p>Reforçou a importância de objetividade e foco nas pendências técnicas.</p> <p>2. SANASA - Substituição de Redes (Vila Industrial)</p> <p>Thiago iniciou a apresentação técnica do projeto, informando valores e escopo. Explicou as exigências de adequação documental segundo o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO): ficha resumo, termo de referência (TR), diagnóstico, justificativa, objetivos, metodologia, equipe técnica, metas, indicadores e sustentabilidade.</p> <p>Sabrina da Cruz (Sanasa) questionou sobre a exigência de inclusão de tópicos como “Diagnóstico e Justificativa” e nomenclaturas rígidas no TR, alegando que o modelo institucional da Sanasa possui padrão próprio e que tais exigências burocráticas poderiam gerar retrabalho.</p> <p>Thiago e Diogo Pedrozo esclareceram que as exigências seguem o MPO e que o agente técnico do FEHIDRO tem atuação “cartorial”, exigindo conformidade literal de tópicos e nomenclaturas.</p> <p>Sabrina manifestou preocupação com o excesso de burocracia e o impacto sobre municípios menores, destacando que a Sanasa participa por determinação da alta gestão, mas que a complexidade do processo tem desestimulado novas inscrições.</p> <p>Elaine Franco destacou a importância das recomendações como boas práticas, lembrando que parte das solicitações se baseia em experiências anteriores e visam prevenir problemas futuros.</p> <p>Thiago e Diogo sugeriram incluir previsão de custo para mapeamento de interferências. Sabrina explicou que a Sanasa possui cadastro técnico completo e não necessita contratar mapeamento.</p> <p>Elaine defendeu a importância do item para municípios sem estrutura técnica, reconhecendo que no caso da Sanasa pode ser justificado.</p> <p>Ficou acordado que o item seria mantido no parecer como recomendação, mas com justificativa técnica da Sanasa dispensando o custo adicional.</p> <p>Outros pontos discutidos foram a necessidade de detalhar quantitativos de redes, ramais e válvulas no TR, especificar o método MND (perfuração pneumática) nas substituições e necessidade de apresentar projetos em formato DWG editável e planilha orçamentária com composições completas.</p> <p>Diogo esclareceu que apenas a ficha resumo precisará de correção de assinatura para constar o diretor-presidente como responsável legal; demais documentos serão assinados apenas no protocolo final.</p> <p>3. SAAE Amparo – Estação de Tratamento de Lodo</p> <p>Thiago apresentou o projeto, destacando o escopo de implantação da unidade de tratamento de lodo, tanques de equalização e clarificação, casas de bomba, centrífuga e urbanização.</p>
--	--

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

	<p>Thiago relatou pendências de adequação no Termo de Referência, incluindo subdivisão de “Diagnóstico” e “Justificativa”, revisão de metodologia, inclusão de estratégias de sustentabilidade e detalhamento da equipe técnica.</p> <p>Diogo Pedrozo alertou que atividades como compatibilização de projetos precisam estar acompanhadas de custos e prazos previstos no orçamento e cronograma.</p> <p>Foi discutido que a planilha orçamentária apresenta necessidade de correção de códigos de referência, inclusão de três cotações por item, adequação do BDI e numeração das linhas.</p> <p>Thiago reforçou que o memorial de cálculo é obrigatório para validação dos quantitativos.</p> <p>Adilson Rossini se manifestou, esclarecendo que, para o licenciamento ambiental, são necessárias as licenças prévia e de instalação, dispensando outorga específica neste momento, pois o controle do lodo será verificado nas etapas do licenciamento.</p> <p>Diogo destacou a necessidade de apresentar documento de titularidade da área do empreendimento para evitar questionamentos futuros.</p> <p>4. SAAE Cordeirópolis – Setorização e Telemetria</p> <p>Thiago explicou que o projeto visa combater as perdas com setorização, macromedição, modelagem matemática e telemetria. Observou que o pleito foi apresentado de forma confusa, com sobreposição de ações.</p> <p>Diogo Pedrozo e Thiago explicaram que, conforme o Manual PCJ, cada pleito deve conter no máximo três ações correlacionadas, evitando fragmentação e sobreposição de objetos.</p> <p>Sendo assim, foi feita a recomendação para reestruturar o pleito agrupando ações compatíveis (ex.: setorização + macromedição + telemetria) e retirar itens não financiáveis, como “estudos de eficiência energética”. O tomador deverá ajustar TR, planilha e cronograma conforme essa reorganização.</p> <p>5. SAAE CAPIVARI – Projeto Executivo ETE, rede coletora e EEE - Santa Rita e Paineirinhas</p> <p>Thiago iniciou apresentando o escopo do empreendimento e o parecer técnico, destacando as solicitações que estão sendo feitas ao tomador na ficha resumo, TR e planilhas.</p> <p>Diogo comentou a questão da solicitação de revisão do orçamento para topografia, destacando a importância de ter um olhar atento e criterioso quanto a representatividade destes serviços no orçamento e que seja inserido de forma adequada dentro do escopo do empreendimento.</p> <p>Thiago seguiu apresentando as solicitações, entrando no assunto da aquisição das licenças, as quais não foram solicitadas na minuta do PT, em razão de se tratar de projeto.</p> <p>O Sr. Adilson, no entanto, defendeu a ideia de que por se tratar de projeto executivo, já é possível obter as devidas licenças.</p> <p>A Patrícia resgatou o empreendimento da CODEN analisado no outro grupo e disse que também se encaixaria nessa lógica, pois se trata do projeto executivo.</p>
--	---

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

	<p>O grupo concordou em solicitá-las tanto para o SAAE Capivari como para CODEN.</p> <p>6. Encerramento</p> <p>Diogo Pedrozo concluiu a reunião reforçando que os ajustes solicitados visam antecipar pendências que seriam exigidas posteriormente pelo agente técnico.</p> <p>GRUPO 2 (PLANOS)</p> <p>1. Abertura</p> <p>Mayga Shirasawa iniciou a reunião explicando a ordem de análise dos pleitos. Mariane Amuy confirmou a visualização da apresentação e coordenou os encaminhamentos entre os pleitos.</p> <p>2. CODEN Nova Odessa - Projeto de Ampliação da ETE</p> <p>Mayga Shirasawa apresentou a análise técnica, detalhando ajustes solicitados na ficha resumo, termo de referência (TR), planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. As solicitações incluíram o preenchimento de campos faltantes (CEP, e-mail, RT), diagnóstico e justificativa mais detalhados, com foco em problema, demanda e impactos, a inclusão de objetivos gerais e específicos, metas e população beneficiária e ajuste da estrutura do TR conforme Anexo 2 do MPO. Também foi destacada a solicitação de detalhamento de metodologias (levantamentos, sondagens), e da entrega da memória de cálculo e planilha orçamentária aberta em subitens, com previsão de custos para mobilização, levantamentos e licenciamento.</p> <p>Mariane Amuy questionou sobre a licença expirada; Patrícia Ferreira explicou que, por se tratar de projeto, não é necessária nova licença neste momento, apenas protocolo de renovação da outorga. Patrícia recomendou incluir serviços de sondagem e ajustes no cronograma. Mayga confirmou a inclusão e destacou que o município está dentro da contrapartida mínima (20%).</p> <p>Observação: mais a frente, no Grupo 1, a questão das licenças foi reavaliada, chegando o grupo à decisão de solicitar a licença prévia por se tratar de projeto executivo.</p> <p>3. Prefeitura de Louveira – Plano de Drenagem</p> <p>Mayga Shirasawa apresentou o escopo e os principais ajustes solicitados em ficha resumo, TR e planilha (adequação de títulos, agrupamento de profissionais, prazos compatíveis). Foi também destacada a solicitação para que o tomador apresentasse o memorial de cálculo detalhado.</p> <p>Patrícia Ferreira e Márcio consideraram o pleito simples e adequado, seguindo modelo do plano de macrodrenagem do Rio Capivari. Ajuste pontual na ART foi sugerido.</p> <p>4. Prefeitura de Salto – PMSB</p> <p>Mayga Shirasawa explicou que o plano vigente (2018) abrange apenas água e esgoto, devendo ser ampliado para incluir resíduos sólidos e drenagem. Mayga apresentou as principais solicitações feitas ao tomador, como: ajustes de nomenclatura no TR e compatibilização de objetivos, inclusão de todos os quatro eixos do saneamento básico, atualização de dados populacionais e revisões estruturais do TR.</p>
--	---

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

	<p>Patrícia Ferreira reforçou a necessidade de contemplar análise gravimétrica dos resíduos. Mariane Amuy e Márcio defenderam padronização entre planos e inclusão dessa metodologia. Sugestão aceita por consenso.</p> <p>5. Prefeitura de Vinhedo – Plano de Drenagem</p> <p>Mayga Shirasawa destacou que o projeto segue modelo semelhante ao de Louveira, com foco em diagnóstico, intervenções e elaboração de manual de drenagem urbana. Mayga apresentou o parecer com as solicitações</p> <p>Patrícia Ferreira apontou duplicidade de planilhas (modelo antigo e novo) e recomendou consolidação. O pleito foi considerado tecnicamente consistente e padronizado, necessitando de ajustes pontuais para sua aprovação.</p> <p>6. DAE Jundiaí - Cadastro das redes de esgoto</p> <p>Mariane Amuy explicou que o pleito se refere ao cadastro dos interceptores e redes coletoras. Mayga Shirasawa apresentou a análise técnica com as solicitações de ajustes em ficha resumo, TR, inclusão de mapa georreferenciado das áreas de estudo, definição de metodologia detalhada, metas intermediárias e produtos esperados e a readequação da planilha e memorial de cálculo, ainda não apresentados.</p> <p>Também foi destacada a necessidade do tomador revisar o valor pleiteado (R\$ 3 milhões), que excede o limite de R\$ 1,5 milhão previsto no Edital para categoria de estudos.</p> <p>Patrícia Ferreira sugeriu incluir observação sobre áreas privadas, várzeas e matas fechadas nos mapas e TR, para garantir ciência da contratada.</p> <p>Silvana e Célia Campos ressaltaram importância da divulgação e mobilização social prévia para facilitar o acesso às áreas particulares.</p> <p>Patrícia também destacou necessidade de prever equipamentos de campo (detector de metais, roçada e capina) e especificar no TR se essas atividades ficam sob responsabilidade do DAE ou da contratada.</p> <p>Mayga confirmou que parte dessas ações já consta no item de campo da planilha e será revisada conforme memorial.</p> <p>7. Encerramento</p> <p>Mariane Amuy encerrou a reunião, informando que os pareceres revisados serão enviados aos tomadores para ajustes.</p> <p>Após as discussões, os grupos decidiram que as propostas devem seguir no processo de seleção, mediante o atendimento das solicitações feitas nos pareceres.</p> <p>Nada mais havendo a tratar, a Sra. Patrícia agradeceu a presença e contribuição dos presentes e deu por encerrada a reunião.</p>
--	--

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 16ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos da CT-SA

Próxima reunião:	17/06/2025
Observações:	-
Responsável pela redação:	Mariane Rodrigues Amuy

Participantes – Nome completo (Entidade)		
1	Mateus Bento Batista Arantes	P.M. de Louveira
2	Elaine Franco de Campos	Cadre Engenharia
3	Adilson José Rossini	CETESB
4	Marcio Arantes de Andrade	DAE Valinhos S.A.
5	Patrícia Regina Ferreira Calegari	IPSA-C
6	Sueli Keiko Higuchi	SANEBAVI
7	Silvana Turolla Broleze	P.M. de Jaguariúna
8	Célia Maria Campos	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste
9	Fernanda Dias Pereira	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste
10	Sabrina Rodrigues Coelho Cruz	SANASA Campinas
11	Diogo Bernardo Pedrozo	Agência das Bacias PCJ
12	Mariane Rodrigues Amuy	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
13	Thiago Furlan Penatti	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
14	Mayga Shirasawa	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
15	Danilo Carlos Ferreira Costa	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia
16	Carla Leandra Souza da Silva	Agência das Bacias PCJ – Gerenciadora da CP – Novaes Engenharia